

SEÇÃO POSIÇÕES

POR GEOGRAFIAS DAS EXISTÊNCIAS INDÍGENAS¹

Emerson Guerra²

Ao refletir sobre as relações entre espaço e poder envolvendo a situação territorial dos povos originários nos deparamos, inevitavelmente, com complexas formas de dominação historicamente impostas. Desde a perspectiva dos povos indígenas, o sistema-mundo que aí está se tornou produtor e reproduzidor de uma geografia que se impõe sobre outras geografias e que dita os caminhos de uma ordem/desordem mundial. Ela tem como esteio de seu percurso as bases filosóficas europeias e tem o Estado-Nação, junto com o sistema econômico capitalista, como o principal elemento de organização espacial. Essa dupla, Estado-Nação e capitalismo, que passa a ordenar os territórios, não se impôs de forma pacífica no curso da história da modernidade. O processo de construção da ordem/desordem mundial se deu em um processo longo, violento, de subalternização, de dominação dos povos e de seus conhecimentos, epistemologias, ontologias e trajetórias milenares de existências distintas. Esses povos ficaram encapsulados dentro de um projeto de modernidade que se tornou historicamente hegemônico. Desde o pensamento de Ailton Krenak:

O que sustenta a ideia de que os brancos europeus poderiam colonizar o resto do mundo é a premissa da existência de uma humanidade esclarecida que precisava encontrar e iluminar uma humanidade obscurecida. Portanto, essa missão civilizatória se justificaria em uma dada concepção de verdade, uma forma certa de estar na terra, que guiou muitas das escolhas que foram feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019. p. 8).

¹ O texto compõe parte da palestra proferida na Semana Acadêmica de Geografia, campus Seropédica em setembro de 2022, em atividade conjunta com o Programa de Pós-graduação em Geografia.

² Doutor em Geografia pela Universidade Fluminense. Professor do Departamento de Geografia da UFRRJ-IM. emersonguerra@ufrj.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3002-2281>

Essas escolhas dos que se impuseram como dominadores no processo colonial resultaram no fato de que para muitos povos não houve a possibilidade de escolha. Concordo com Escobar (2016, p. 10) sobre a afirmação de que a dominação de territórios pelo Estado e pelo capital, embora envolva aspectos econômicos, tecnológicos, ecológicos, culturais e, bem como a força armada, a dimensão mais fundamental é a ontológica. Pois nesta perspectiva o que ocorre é a territorialização de uma ontologia específica e de um mundo colocado como universal, formado por indivíduos e mercados que age para transformar todos os outros mundos em um só. Se considerarmos que apenas no Brasil existem mais de 300 povos indígenas, esse número aponta para a existência de centenas de ontologias e epistemes, com formas próprias de explicar o mundo, gerar conhecimentos e produzir tempos e espaços. O processo de construção de uma colonialidade/modernidade resulta em um constante atentado a essas formas distintas de existir com seus horizontes próprios de humanidade.

As formas de dominação moderno-coloniais atuam sobre os povos indígenas pela imposição de relações espaciais e temporais. Os imperativos temporais da modernidade invisibilizam a trajetória de um povo e congelam parte de sua ontologia em um tempo pretérito. Colocando os indígenas com suas ações, práticas e produções de conhecimento enquanto seres do passado. Outra forma de dominação temporal é a imposição do tempo presente ocidental, com a obrigação de que todos os povos têm que estar alinhados ao tempo e a velocidade acelerada da globalização perversa. Isso resulta na negação das subjetividades, da possibilidade criativa e dos diversos devires indígenas possíveis, gerando uma cristalização da condição de ser indígena. Assim, se perpetua a imagem romântica do indígena nu, vivendo em harmonia com a floresta e completamente apartado da sociedade ocidental. A imagem criada pelos ditos “descobridores” propagou o pensamento de que para ser indígena o indivíduo teria que atender a esse estereótipo romântico, sem considerar que o ser indígena se constitui no movimento, se recriando constantemente e apontando para futuros que desconhecemos. O fardo para os povos que não correspondem à essa imagem é ter sua condição étnica negada e seus direitos constitucionais contestados.

Ao refletir sobre o tempo ocidental, Daniel Munduruku (Munduruku, 2018) afirma que ele é linear, contado pelo relógio. Tal tempo aprisiona e cria ilusões de possibilidades amplas. Um tempo que não nos pertence, nos controla eternamente. O tempo da produção, do acúmulo, de um ocidente que não pára. O autor afirma que o tempo indígena, em contraponto, é o tempo da natureza. O tempo do corpo e da natureza estão alinhados, respeitar esse tempo é oferecer equilíbrio para o corpo. Os povos indígenas se colocam como parte da natureza, e se compreendem desta forma. Para os indígenas Munduruku - no estado do Pará na Amazônia brasileira - e para os indígenas Wayuu - da península da Guajira, limite da Colômbia com a Venezuela - não existe a ideia de futuro. Não existe uma ideia linear, quadrada, de passado, presente e futuro. Tem apenas o passado e o presente, o tempo da memória e o tempo do agora. Como pensar a ontologia e a epistemologia de um povo que não tem ideia de futuro? Para eles o futuro é especulação da mente humana, inventado com objetivo de criar eternos dependentes do tempo, distantes do tempo presente. No tempo futuro o fazer é impossível de ser visualizado.

No que tange às formas de dominação do espaço, começamos pela expropriação territorial, ou seja, a desterritorialização. A usurpação territorial moderno-colonial é um imperativo permanente. O segundo processo é a imposição de uma territorialidade, dada desde a perspectiva da imposição de uma lógica uniterritorial e zonal. Os indígenas que, em geral, têm produções territoriais mais fluidas, abertas e articuladas em rede têm seu modo de existência alterado e passam a viver em territórios demarcados aos moldes do Estado-Nação, uma terra limitada e controlada. Excetuando a parte da população indígena que vive fora desses territórios, inclusive em espaços urbanos. O terceiro imperativo de forma de dominação espacial é o confinamento com a retirada de sua autonomia enquanto povo. O território passa a ser controlado pelo Estado, dependente de sua burocracia. O reconhecimento do território histórico-ancestral indígena é parcial, não é feito de forma completa, se reconhece apenas uma parte dele quando há a delimitação das terras indígenas. Sendo assim, o processo de demarcação carrega a ambiguidade de ser, por um lado, uma garantia constitucional necessária, mas por outro, configura também uma forma de desterritorialização.

Desse processo de imposição de um território zonal que resulta na contenção espacial e desterritorialização, há também um confinamento epistêmico e ontológico, além do espaço-temporal. Pois os conhecimentos e modos de vida dos povos não estão em contato horizontal com a sociedade envolvente. O efeito disso é o desordenamento territorial indígena. O que o Estado-Nação determinou como ordenamento territorial, identifiquei que é a imposição de uma ordem que cria dialeticamente, para aqueles que já tem os seus territórios organizados desde outra perspectiva, uma desordem, um processo de desordenamento dos seus territórios, das suas relações cotidianas, do continuum das suas formas de vida, de ser, estar e de produzir conhecimento, tempo e espaço. Os ordenamentos territoriais dos Estados-Nação provocam o desordenamento territorial de mais de cinco mil povos originários no planeta terra.

As lutas de resistência indígenas ou de re-existência precisam dar resposta contra esse sistema dominante que lhes oprime, que lhes impõe uma des-existência. Impondo que eles deixem de existir enquanto povos ontologicamente e epistemologicamente distintos. Que borra suas existências plenas. E essas lutas são contra a aniquilação das subjetividades indígenas que não se curvam a lógica moderno-colonial e capitalista. Os povos indígenas estão em uma encruzilhada histórica e encurralados entre o racismo e a necropolítica. O caminho para atravessar essa encruzilhada depende, além da luta política, da constante afirmação de suas subjetividades enquanto povos.

Nesse sentido, precisamos nos questionar sobre o quanto as nossas produções geográficas contribuem para reconhecer e valorizar as subjetividades dos povos, as suas ontologias, suas epistemes e suas trajetórias. A geografia desde um alinhamento com o pensamento crítico, de base marxista, passou a olhar a sociedade não só pelos interesses dos dominadores e sim pelas contradições do capitalismo e os antagonismos que surgem da relação entre dominadores e dominados. A busca pelo conhecimento das formas de dominação e denúncias contra os abusos de poder e injustiças sociais podem convergir com a força da resistência dos povos originários, subjugadas a essas formas de opressão.

Na geografia crítica em diálogo com o pensamento descolonial tem se discutido a as re-existências ou r-existencias dos povos. Ou seja, ao passo que se resiste ao sistema dominante se afirma a sua existência, ao mesmo tempo reinventando-a. A re-existência constitui-se, portanto, como luta contra o apagamento das existências, as des-existências. Vislumbramos assim as geografias dos povos e os seus horizontes de existências diversas, que antecedem as resistências, as re-existências e as des-existências. A existência é o tempo ancestral e presente. Existências indígenas múltiplas que contém epistemologias e ontologias diversas. Uma perspectiva que complexifica a leitura das lutas e dos processos de expropriação dos povos indígenas.

Reconhecer as subjetividades próprias dos povos pode impulsionar o conhecimento para horizontes de onde podem emergir outras geografias. Possibilitando a reflexão sobre projetos de sociedade mais diversos, com marcos históricos e conceituais para além daqueles definidos pelo Estado-Nação moderno-colonial e capitalista. Esta é uma proposta para geografias de existências mais amplas que rompam com a lógica do confinamento e do ordenamento do espaço-tempo, bem como do confinamento da nossa imaginação. Que possamos aceitar o convite de Ailton krenak para produzir outras geografias e para imaginar outros horizontes:

Vamos aproveitar toda nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos, vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como um cosmos onde a gente pode despencar com paraquedas coloridos. (KRENAK, 2019. p. 30)

Afinal, concordo com Guimarães Rosa que “O mais importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, mas que elas vão sempre mudando...”.

Referências

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença**: a ontologia política dos “direitos ao território”. Ano 03, Nº06 .Territórios. 2015. Disponível em

<<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/territorios-de-diferenca-a-ontologia-politica-dos-direitos-ao-territorio/>>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **Tempo, tempo, tempo**. Revista de divulgação científica. Coluna Educação e diferenças. Coletiva, nº1. 2018.

Data da submissão: 19/10/2022

Data da Avaliação: 19/10/2022